Diploma

Regional

de 2/12

de 4/12

de 5/12

Declaração

Regional

de 11/12

Decreto-Lei

Decreto-Lei

de 20/12

de 20/12

de 20/12

n.º 108/2024, de 18/12

n.º 112/2024, de 19/12

Portaria n.º 347/2024/1,

Portaria n.º 348/2024/1,

Portaria n.º 349/2024/1,

Decreto Legislativo

20/2024/M, de 23/12

Portaria n.º 350/2024/1,

Portaria n.º 352/2024/1,

Portaria n.º 353/2024/1,

Aviso n.º 29181/2024/2

Portaria n.º 355-

Portaria n.º 355-

A/2024/1, de 27/12

B/2024/1, de 27/12

Decreto Legislativo

Aviso do Banco de

Portugal n.º 6/2024,

Aviso do Banco de

Portugal n.º 7/2024,

Lei n.º 45-A/2024,

Lei n.º 45-B/2024,

Portaria n.º 372-

Jurisprudências

Jurisprudência TC + STA

12/12

Acórdão

Acórdão do Supremo

Acórdão do Supremo

Tribunal de Justiça

Jurisprudência Comunitária (Fiscal)

Acórdão do TJUE, Processo C 331/23, 12/12/2024 - Dranken Van

Acórdão do TJUE, Processo C 436/23, 12/12/2024 - Belgische

Staat/ Federale Overheidsdienst

Acórdão do TJUE, Processo C

Acórdão do TJUE, Processo C

Acórdão do TJUE, Processo

C-680/23, 5/12/20242024 - Modexel

Processo

905/2023-T

670/2023-T

343/2024-T

772/2024-T

828/2024-T

869/2024-T

635/2024-T

769/2024-T

93/2024-T

556/2024-T

99/2024-T

108/2024-T

279/2020-T

596/23, de 19/12/2024 - Pohjanri

527/23, 12/12/2024 - Weatherford

Documento

Eetvelde NV

Financiën

Atlas Gip SA

n.º 16/2024,

de 17/12

Tribunal de Justiça

n.º 14/2024, de

B/2024/1, de 31/12

de 30/12

de 31/12

de 31/12

de 31/12

de 31/12

Regional n.º 15/2024/A,

Regional n.º

de 23/12

de 23/12

de 24/12

n.º 15/2024/M,

de Retificação

Decreto-Lei

Decreto Legislativo

Lei n.º 43/2024,

n.º 99/2024, de 3/12

Aviso do Banco de

Portugal n.º 5/2024,

Portaria n.º 315/2024/1,

n.º 39/2024/1, de 10/12

Decreto Legislativo

n.º 11/2024/M, de 2/12

Anexo

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

link

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

link

<u>link</u>

Anexo

<u>link</u>

<u>link</u>

Anexo

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

Anexo

<u>link</u>

Anexo

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

Anexo

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

<u>link</u>

link

<u>link</u>

Anexo

<u>link</u>

Jurisprudência CAAD

IMI

IMT

IRC

IRC

IRC

IRC

IRS

IRS

IRS

Outros

Outros

Selo

Instruções administrativas

Ofício-circulado

Ofício-circulado

Ofício-circulado

Ofício-circulado

Ofício-circulado

Ofício-circulado

Ofício-circulado

Ofício-circulado

Ofício-circulado

Informações Vinculativas

Imposto

CIMI

CIMT

CIMT

CIMT

CIMT

CIRC

CIRC

CIRC

CIRC

CIRC

CIRC

CIRC

CIRC

CIRC

CIRC

CIRC

CIRC

CIRC

CIRS

CIRS

CIRS

CIS

CIVA

CIVA

CIVA

CIVA

CIVA

CIVA

CIVA

CIVA - Lista I

CFI

CFI

EBF

EBF

EBF

EBF

EBF

EBF

EBF

EBF

EBF

OE 2024

OE 2024

Outros assuntos

Assunto

CMVM

Banco de Portugal

Banco de Portugal

ADT Portugal e Suiça

ADT Portugal e Suiça

Diploma

Imposto

news 161

Estabelece o regime jurídico do Sistema de incentivos à produção e

Autónoma da Madeira, designado por «+ENERGIA».

Altera o quadro regulatório aplicável às energias renováveis.

Estabelece os princípios e as regras que devem ser observados

do Banco de Portugal, na publicidade à atividade e na publicidade

institucional. Revoga o Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2008,

Estabelece as regras nacionais complementares das intervenções

na publicidade a produtos e serviços financeiros sujeitos à supervisão

«Reestruturação e conversão de vinhas (biológica)» e «Reestruturação e

conversão de vinhas», do domínio «B.3 — Programa nacional para apoio ao

setor da vitivinicultura» do eixo «B — Abordagem setorial integrada» do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum, para Portugal (PEPAC Portugal).

Retifica o Decreto-Lei n.º 76/2024, de 23 de outubro, publicado no Diário

da República, 1.ª série, n.º 206, de 23 de outubro de 2024, quanto

Adapta à Região Autónoma da Madeira o Decreto-Lei n.º 72/2023, de 23 de agosto, que aprova o regime jurídico do cadastro predial

e estabelece o Sistema Nacional de Informação Cadastral e a carta

n.º 37/2006/M, de 18 de agosto, que adapta à Região Autónoma da

o regime jurídico da urbanização e edificação.

do Código dos Contratos Públicos (CCP).

pensões e regimes complementares.

Portugal (PEPAC Portugal).

residentes em território português.

Autoridade Tributária e Aduaneira (AT).

os produtos petrolíferos e energéticos.

236-A/2024/1, de 27 de setembro.

Orçamento do Estado para 2025.

Lei das Grandes Opções para 2024-2028.

públicas para 2025 em 8,309 %.

para 870,00€.

cadastral, e procede à quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional

Madeira o Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece

Dispensa a revisão prévia do projeto de execução em projetos financiados

ou cofinanciados por fundos europeus, no âmbito do n.º 2 do artigo 43.º

Aprova as novas instruções de preenchimento da declaração modelo 37, aprovada pela Portaria n.º 5/2024, de 3 de janeiro, refelativas a juros

de habitação permanente, prémios de seguros, comparticipações em

despesas de saúde, planos de poupança reforma (PPR) e fundos de

do artigo 73.º do Regulamento (UE) 2021/2115, do Parlamento Europeu e do Conselho, no que se refere às tipologias C.3.1.1 «Investimento produtivo na Bioeconomia — Modernização» e C.3.1.2 «Investimento

Estabelece o regime específico dos apoios a conceder ao abrigo

na Bioeconomia para Melhoria do Desempenho Ambiental», da

Agrícola Comum para Portugal (PEPAC Portugal).

na Região Autónoma da Madeira em 915,00€.

intervenção C.3.1 «Investimentos na Bioeconomia de Base Agrícola ou Florestal», do domínio C.3 «Sustentabilidade das Zonas Rurais», do eixo C «Desenvolvimento Rural» do Plano Estratégico da Política

Procede à segunda alteração à Portaria n.º 54-G/2023, de 27 de fevereiro, alterada pela Portaria n.º 317/2023, de 23 de outubro, que estabelece

as regras nacionais complementares do domínio «B.2 Programa nacional

para apoio ao setor da apicultura», do eixo «B Abordagem setorial integrada», do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum para

Aprova o valor da retribuição mínima mensal garantida para vigorar

entidades devedoras e pelas entidades que paguem ou coloquem

Regulamenta o regime de incentivo fiscal à investigação científica

Alteração da Portaria n.º 320-A/2011, de 30 de dezembro, alterada

n.º 98/2020, de 20 de abril, que estabelece a estrutura nuclear da

e inovação, previsto no artigo 58.º-A do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

e republicada pela Portaria n.º 155/2018, de 29 de maio, e pela Portaria

Taxa de juros de mora aplicáveis às dívidas ao Estado e outras entidades

Procede à fixação da taxa do adicionamento sobre as emissões de CO₂

previsto no artigo 92.º-A do Código dos Impostos Especiais de Consumo.

Procede à revisão e fixação das taxas unitárias do imposto sobre

Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2025.

Regulamenta a prestação de informação aos clientes bancários sobre

o regime de garantia pessoal do Estado para a concessão de crédito

Decreto-Lei n.º 44/2024, de 10 de julho e regulamentado pela Portaria n.º

Fixação da percentagem de reserva contracíclica de fundos próprios em 0,75% do montante total das exposições em risco em Portugal, calculado

nos termos do n.º 3 do artigo 92.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013

excluindo as classes de risco excecionadas no n.º 5 do artigo 138.º-L do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras,

Procede à atualização anual das pensões e de outras prestações sociais.

do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013,

aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro.

«A venda de imóvel hipotecado, com arrendamento rural celebrado posteriormente

no n.º 1 do art. 22.º do RAR, sendo inaplicável o disposto n.º 2 do art. 824.º do CC.»

1. A bonificação do fator 1.5 prevista na alínea a) do n.º 5 das Instruções Gerais da Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais

a qualquer sinistrado que tenha 50 ou mais anos de idade, quer já tenha essa idade

no momento do acidente, quer só depois venha a atingir essa idade, desde que não

tenha anteriormente beneficiado da aplicação desse fator; 2. O sinistrado pode recorrer

ao incidente de revisão da incapacidade para invocar o agravamento por força da idade e a bonificação deverá ser concedida mesmo que não haja revisão da incapacidade

aprovada em anexo ao Decreto-Lei n.º 352/2007, de 23 de outubro, é aplicável

« Reenvio prejudicial — Fiscalidade — Sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) — Diretiva 2006/112/CE — Artigo 205.o — Responsabilidade solidária por dívidas fiscais de um terceiro — Condições e âmbito da responsabilidade — Luta contra a fraude no domínio do IVA — Responsabilidade solidária pelo pagamento do IVA que não permite uma apreciação em função

da contribuição de cada sujeito passivo para a fraude fiscal — Princípio da proporcionalidade —

estabelecimento — Imposto sobre os lucros das sociedades — Legislação nacional que prevê uma

Estado-Membro — Imposto devido por uma sociedade afiliada de uma sociedade não residente —

« Reenvio prejudicial — Sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) — Diretiva

2006/112/CE — Artigo 168.° — Direito à dedução do IVA — Aquisição de serviços administrativos

prestados dentro de um mesmo grupo de sociedades — Recusa do direito à dedução »

Artigo 36.0 n.o 1 — Aquisição em linha de produtos sujeitos a imposto especial de consumo

noutro Estado-Membro — Transporte por um transportador recomendado pelo vendedor —

« Reenvio prejudicial — Sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) — Diretiva 2006/112/CE — Artigo 183.°, primeiro parágrafo — Disposições relativas ao exercício do direito

IMI e AIMI - Impugnação do valor patrimonial tributário. Revisão do acto

IRC – artigo 87.º-A do CIRC. Derrama estadual liquidada sobre rendimentos

obtidos nas Regiões Autónomas por sociedades com sede e direção efetiva

IRC – 2021- CFI/RFAI – Artigo 22°-1 do CFI - Produção de vinhos comuns

Contribuição de Serviço Rodoviário. Pedido de revisão oficiosa. Reembolso

Contribuição de Serviço Rodoviário (CSR) – Competência dos Tribunais

Imposto do Selo. Cash pooling. Isenção prevista na alínea h) do n.º 1,

Imposto de selo; Verba 17.1.4; "cash pooling"; utilização do crédito; princípio da territorialidade; liberdade de circulação de capitais; artigo 63.º TFUE –

Reforma da Decisão Arbitral (em anexo). *Reforma a Decisão Arbitral de 3

Taxas de câmbio para a determinação do valor aduaneiro, a utilizar

Suspensão da autorização de saída das mercadorias na pendência

IABA - Instruções relativas à tributação dos concentrados de bebidas

IVA - Valor tributável na importação-Atualização da tabela optativa

Tributação de produtos sujeitos ao imposto sobre o álcool e as bebidas

Valor do "UR" para efeitos da fórmula de cálculo prevista no nº 3 do artigo

Intervenção aduaneira na defesa dos direitos de propriedade intelectual

e n.º 2, do artigo 7.º do Código do Imposto do Selo. Compatibilidade

tributário com fundamento em Injustiça grave ou notória.

IRC - OIC não residente - art. 22°, n.º1 e n.º3 do EBF

de circulação de capitais; artigo 63.º do TFUE.

IRS. Residentes não habituais. Inscrição no registo.

IRS – Mais-valias imobiliárias – Regime transitório

Arbitrais – Ilegitimidade processual ativa.

com o Direito da União Europeia.

de novembro de 2020.

Descrição

não alcoólicas.

IVA - Ato Isolado.

alcoólicas.

das despesas acessórias.

11° do CISV para 2025.

de 01 a 31 de janeiro de 2025.

da atribuição do pedido de contingente.

IVA - Taxas aplicáveis às Regiões Autónomas.

Os cônjuges casados, como proprietários dos bens comuns, são identificados nas matrizes prediais,

IMT JOVEM - Pressuposto da isenção estabelecido no final do n.º 2 do art.º 9.º do CIMT - no ano

IMT Jovem- (D.L n.º 48-A/2024, de 25 de julho) bem imóvel habitacional integrado em herança

IMT Jovem- (D.L n.º 48-A/2024, de 25 de julho) bem imóvel habitacional integrado em herança

MT Jovem; CPCV - transmissão jurídica; idade máxima para isenção (Art.º 9.º, n.º 2 do CIMT

Aquisição de serviços de análise laboratorial a entidade não residente - Retenção na fonte

Serviços de análise laboratorial prestados por um fornecedor não residente em Portugal - Retenção

Amplitude da isenção de IRC - Artigo 10.º do Código do IRC (IPSS) - rendimentos decorrentes

Pagamentos a empresa do mesmo grupo, com sede na Holanda, ao abrigo de um contrato

Enquadramento Fiscal de Gastos com a aquisição de vouchers não utilizados, cuja validade

Operação de cisão simples com destaque de um ramo de atividade para uma nova sociedade

Operação de cisão-fusão com o destaque de ramo de atividade para o fundir com uma sociedade

Operação de fusão por incorporação - atribuição de partes sociais ao acionista da sociedade fundida

Comunicação à AT prevista no art.º 31º-A, n.º 5, do CIRC. Depreciações a taxa inferior à taxa mínima

Indemnização por cessação de contrato individual de trabalho - Valor médio das remunerações

facto que acarreta, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Código do IMI, que tenham ambos a

da transmissão não ser considerado dependente para efeitos do art.º 13.º do CIRS.

indivisa. Causa de exclusão da isenção de IMT. CIMT artigo 9.º n.º 3

Serviços de acesso a aplicação digital - Retenção na fonte

da atividade de prestação de serviços de cuidados de saúde

de cedência de licença e acesso à rede - Retenção na fonte

prevista no Decreto Regulamentar 25/2009, de 14-09

Renda de máquina ATM instalada em loja comercial

do Pacote Mais Habitação (Lei nº 56/2023, de 06/10)

com caráter de retribuição sujeitas a imposto

de investimento e poupança.

- Imputação da mais valia obtida.

para realização de obras - Reinvestimento.

de crédito em HPP contraído após 07/10/2023

de crédito em HPP contraído após alienação

Enquadramento de Prémio Científico

Atribuição de bolsa a praticante de alto rendimento desportivo

contabilístico de análise de custos", prestado por não licenciado

Rendimentos prediais - Contribuição para fundo comum de reserva

Alienação de imóvel adquirido por usucapião - Data de aquisição

Falecimento de dependente - deduções à coleta no ano do óbito.

do DL nº 442-A/88, de 30/11

Lei Mais Habitação

contraído pelo cônjuge.

de 1989

à devida

taxa de tributação

Alemanha

Baixos - RNH

à devida

do Selo

entre Portugal e EUA

(inquilino) - taxa de tributação

duração para habitação - alteração do inquilino

da Portaria nº 230/2019, de 23/07 (código 25)

e posteriormente reembolsadas pelo estudante.

a anos anteriores e juros de mora

Inversão do sujeito passivo

e descarregamento

IVA - Donativos e ofertas

a empresas subcontratadas

Formação profissional

de faturação no Portal das Finanças.

IVA - Cedência de exploração de caça

da Lista I anexa Código do IVA

Autofaturação - n.º 11 do artigo 36.º do CIVA

e Acumuladores (RBA)

- submissão de PAP

Reabilitação Urbana

Reabilitação Urbana

IVA - Resguardos

ou minigolfe ou instalações similares.

Empreitada de beneficiação e renovação

RFAI - Criação de Postos de Trabalho

que não integra o agregado familiar

Isenção do artigo 59.º do EBF - Baldios

Descrição

(CSRD)

Retenção na Fonte

no setor agrícola.

Amortizar e Antecipar prestações

Autenticação no Portal das Finanças

e modelos para os livretes do criptoativo.

sobre o Mercado de Criptoativos)

copyright © VERBOCHAVE 2025 · Se desejar cancelar a subscrição desta newsletter, por favor faça reply deste e-mail com assunto "cancelar".

Rua Mouzinho da Silveira, nº27 - 5ºA · 1250-166 Lisboa · Portugal · T +351 213 570 797 · www.verbochave.pt

Contratos de Trabalho com Cidadãos Estrangeiros

Guia Prático Pagamento de Contribuições à Segurança Social

Regulamento DORA aplicável a partir de 17 de janeiro de 2025

Notificação das Entidades Contratantes para pagamento das contribuições

Perguntas e respostas sobre a entrada em aplicação do MiCA (Regulamento Europeu

1.2025

da Lei nº 82/2023, de 29/12

residente com a extinção de ações na sociedade fundida

e Reinvestidos (DLRR)

de 21/10

Taxa de IVA - Dispositivo médico "H. 360.º MD AK Fluid "

urbana.

IVA - farinha de milho em flocos

Faturação

IRS jovem - taxa de retenção na fonte

de tributação

Serviços especializados em consultas de psicologia - Dedutibilidade fiscal

por parte dos acionistas da sociedade incorporante - regime de neutralidade fiscal

Categoria B - Adiantamento de despesas em nome e por conta de cliente

Categoria E - Atribuição de ofertas simbólicas a clientes por subscrição de aplicações

Rendimentos prediais - Pagamento de rendas em atraso de modo faseado (prestações)

Alienação de imóvel afeto a atividade - Exclusão de tributação dos ganhos obtidos ao abrigo

Alienação de imóvel afeto ao exercício de atividade comercial e onde o contribuinte reside

Alienação de imóvel desafeto da atividade de alojamento local à menos de 3 anos - Exclusão

Alienação de imóvel não afeto a HPP - Exclusão de tributação por reinvestimento ou por aplicação

Alienação de imóvel não destinado a HPP - Exclusão de tributação por aplicação na amortização

Alienação de imóvel que não constituía HPP (habitação própria e permanente) por desocupação

Alienação de terreno rústico objeto de construção antes de 01.01.1989 - aplicação do artigo 5º

Alienação onerosa de imóvel afeto a HPP - aplicação na aquisição de HPP de descendente

Alienação onerosa de terreno para construção - parcela destacada de prédio rústico adquirido antes

Contrato promessa de cessão de quotas com recebimento de sinal e renúncia dos lucros - momento

Lei Mais Habitação - Alienação de imóvel próprio e aplicação na amortização de empréstimo HPP

Programa Mais Habitação - Alienação de habitação secundária e aplicação em amortização

Programa Mais Habitação - Alienação de habitação secundária e aplicação em amortização

Agregado familiar - Sujeitos passivos divorciados que se mantêm em economia comum

Regime simplificado - coeficiente de tributação pelo exercício de atividade de "apoio técnico

Categoria F - Contrato de arrendamento com fins habitacionais celebrado com empresa (inquilino)

Rendimentos prediais - Contrato de arrendamento com fins habitacionais celebrado com empresa

Rendimentos prediais - redução da taxa de tributação em contratos de arrendamento de longa

Alienação de imóvel situado na Alemanha efetuada por Residente Não Habitual - CDT Portugal/

Alienação onerosa de ações de sociedade BV, com sede nos Países Baixos - CDT com Países

Rendimentos provenientes de uma LLC (partnership) sedeada nos EUA - Protocolo da CDT

Residente não habitual - Enquadramento de atividade de elevado valor acrescentado ao abrigo

Retenção na fonte de IRS sobre rendimentos do trabalho dependente - opção por taxa superior

Retenção na fonte sobre rendimentos apurados por decisão judicial - trabalho dependente referente

IMT Jovem (art.º 3° do D.L n.º 48-A/2024, de 25 de julho), CIS art.º 7.º-A Benefício fiscal em Imposto

Inversão de sujeito passivo - Fornecimento e montagem de uma linha de produção de cenouras

Inversão do sujeito passivo - Serviços prestados de escavação de terra, carregamento, transporte

Aquisição de terrenos urbanos (lotes para construção) e construção de moradias através do recurso

Enquadramento da atividade de músico. Obrigatoriedade de emissão de faturas na aplicação

Enquadramento dos serviços prestados por formador no âmbito de cursos EFA, FMC e RVCC

e de educação física efetuada a particulares - al. 8) do artigo 9.º e 10.º, ambos do CIVA

Isenção - Entidades sem finalidade lucrativa - Empresa Municipal - Prestação de serviços desportivos

Decreto-lei n.º 221/85, de 03 de julho - Regime especial agências de viagem - regime da margem

Enquadramento na verba 2.37 da Lista I anexa Código do IVA - Transmissão e transmissão

Taxas - Incentivos para potenciar a adequada gestão e reciclagem de Resíduos de Baterias

Regularização de créditos de cobrança duvidosa - incumprimento do plano de pagamentos

Enquadramento, em sede de IVA, da cedência temporária de unidades de alojamento destinadas

a residência para estudantes. Dedução do IVA suportado durante a construção do respetivo imóvel.

Taxas - Prestações de serviços de reabilitação, fornecimento e instalação de elevadores; reabilitação

As empreitadas de beneficiação, remodelação, renovação, restauro, reparação ou conservação de imóveis ou partes autónomas destes afectos à habitação, com excepção dos trabalhos de

limpeza, de manutenção dos espaços verdes e das empreitadas sobre bens imóveis que abranjam

a totalidade ou uma parte dos elementos constitutivos de piscinas, saunas, campos de ténis, golfe

Taxa de IVA - "Solução de Clorohexidina a 2%, marca H" - Produto Biocida TP1

CDT Portugal/Suíça - Tributação de remunerações públicas no Estado da fonte

Taxa de IVA - Dispositivos médicos utilizados no tratamento da doença de infertilidade

Regime Fiscal aplicável a funcionária pública portuguesa em regime de teletrabalho na Suíça

Regime excecional de resgate de PPR para pagamento de crédito à habitação sem penalização

Regime excecional de resgate de PPR para pagamento de crédito à habitação sem penalização

Regime excecional de resgate de PPR para pagamento de crédito à habitação sem penalização

sem penalização e sem obrigação de permanência mínima de 5 anos - artigo 6º da Lei nº 19/2022,

Resgate de PPR/E para pagamento de despesas com ingresso no ensino superior de descendente

e sem obrigação de permanência mínima de 5 anos - artigo 6º da Lei nº 19/2022, de 21/10

e sem obrigação de permanência mínima de 5 anos - artigo 6º da Lei nº 19/2022, de 21/10

Resgate de PPR fora das condições previstas na lei - regime excecional de resgate de PPR

Operação de fusão inversa - Enguadramento fiscal dos ganhos realizados pela acionista não

Gratificações de balanço - Isenção de IRS no ano de 2024 - Nºs 1 e 2 do artigo 236º

Gratificações de balanço atribuídas no ano de 2024 - Isenção de tributação em IRS

bancários, a publicidade à atividade e a publicidade institucional

bancários sobre o regime de garantia pessoal do Estado

Rendimentos de propriedade intelectual - curadoria de exposições e escrita de textos sobre arte/

Banco de Portugal estabelece novas regras para a publicidade a produtos e serviços

Comunicado sobre a aplicação da Diretiva do relato de sustentabilidade das empresas

Banco de Portugal publica aviso relativo à prestação de informação aos clientes

Altera o Regulamento (UE) n.º 1408/2013, relativo à aplicação dos artigos 107.º

Estabelece normas técnicas de execução para a aplicação do Regulamento (UE)

e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios de minimis

2023/1114 do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante a formulários, formatos

Efeito de uma operação de cisão no âmbito do Regime da Dedução por Lucros Retidos

Contribuições obrigatórias efetuadas pela entidade patronal - Fundo de pensões

- artigo 6º da Lei nº 19/2022, de 21/10 - subscrição efetuada em dezembro/2022

Exercício do direito à dedução do IVA suportado na aquisição de trotinetas

Taxa de IVA - Enquadramento - "Hambúrguer Barbecue (vaca) sem glúten"

com instalação de baterias e inversores para uso exclusivo em sistemas solares fotovoltaicos

Prestação de serviços de transporte de passageiros quando constitui típico contrato de transporte

de pessoas e quando acessório da prestação principal (mergulho) - Enquadramento na verba 2.14

Dedução à coleta - Despesas de educação - Encargos suportados por entidade terceira

Pensão de alimentos pagas a menor - Pagamentos com efeitos retroativos

Retenção na fonte de IRS sobre adiantamento de vencimento a trabalhador

Dupla residência - "Direção efetiva" - Eliminação da dupla tributação internacional

Dedução de despesas para realização de espetáculo de teatro

Lições ministradas sobre matérias de ensino escolar ou superior

Serviços prestados por formador no âmbito de Cursos EFA e FMC

Serviços prestados por formadora no âmbito de Cursos EFA e FMC

Redébito de despesas - construção de imóvel em co-propriedade

Categoria B - Tributação de rendimentos obtidos em TP por não residente

Retenção na fonte de IRS sobre rendimentos do trabalho dependente - opção por taxa superior

de tributação por aplicação em amortização de crédito de HPP (Programa Mais Habitação)

na amortização de crédito à habitação de descendente (Programa Mais Habitação)

de crédito bancário de HPP contraído após 7/10/2023 - Lei Mais Habitação

Sociedade de advogados - transparência fiscal

Sociedades multidisciplinares de advogados

IRC; OIC; distribuição de dividendos; retenção na fonte; liberdade

à dedução — Reporte do excedente de IVA — Conceito de "período seguinte" — Reembolso

Regulamentação nacional que considera que o vendedor é devedor do imposto especial

« Reenvio prejudicial — Impostos especiais de consumo — Diretiva 2008/118/CE —

fairness tax — Decisão nacional que anula essa legislação — Manutenção dos efeitos jurídicos

Imposto n\u00e3o devido por uma sociedade n\u00e3o residente com um estabelecimento est\u00e1vel no

Artigo 50.o da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia — Princípio ne bis in idem — Critérios de aplicação — Factos relativos a diferentes exercícios fiscais sujeitos a processo administrativo ou penal — Infração continuada com unidade de ação — Inexistência de identidade

« Reenvio prejudicial — Fiscalidade direta — Artigo 49.o do TFUE — Liberdade de

Escolha da forma jurídica — Comparabilidade das situações »

de consumo exigível no Estado-Membro de destino »

Tema

do excedente de IVA — Cessação da atividade económica »

Reenvio prejudicial.

em território continental.

IRS- Mais-Valias mobiliárias

do imposto pago.

e licorosos.

e agravamento da mesma em razão de outro motivo.

à hipoteca, não faz caducar este arrendamento de harmonia com o preceituado

à habitação própria e permanente a jovens até 35 anos, previsto no

à disposição os rendimentos sujeitos a retenção na fonte pelas taxas previstas no artigo 71.º do Código do IRS ou quaisquer rendimentos sujeitos a retenção na fonte a título definitivo, cujos titulares sejam

Aprova a declaração modelo 39 e respetivas instruções de preenchimento destinadas ao cumprimento da obrigação declarativa a que se refere a alínea b) do n.º 12 do artigo 119.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, de entrega obrigatória pelas

Atualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2025

à prestação de serviços de alojamento e aprovação de regulamento.

armazenamento de energia proveniente de fontes renováveis na Região

Altera a Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprova medidas especiais

Actualidade Legislativa Interna

Diário República

Série I de 2024-12-02

Série I de 2024-12-02

Série I de 2024-12-03

Série II de 2024-12-04

Série I de 2024-12-05

Série I de 2024-12-10

Série I de 2024-12-11

Série I de 2024-12-18

Série I de 2024-12-19

Série I de 2024-12-20

Série I de 2024-12-20

Série I de 2024-12-20

Série I de 2024-12-23

Série I de 2024-12-23

Série I de 2024-12-23

Série I de 2024-12-24

Série II de 2024-12-27

Série I de 2024-12-30

Série II de 2024-12-31

Diário da República n.º 233/2024,

Diário da República n.º 233/2024,

Diário da República n.º 234/2024,

Diário da República n.º 235/2024,

Diário da República n.º 236/2024,

Diário da República n.º 239/2024,

Diário da República n.º 240/2024,

Diário da República n.º 245/2024,

Diário da República n.º 246/2024,

Diário da República n.º 247/2024,

Diário da República n.º 247/2024,

Diário da República n.º 247/2024,

Diário da República n.º 248/2024,

Diário da República n.º 248/2024,

Diário da República n.º 248/2024,

Diário da República n.º 249/2024,

Diário da República n.º 251/2024,

Diário da República n.º 251/2024,

Diário da República n.º 251/2024,

Suplemento, Série I de 2024-12-27

Diário da República n.º 252/2024,

Diário da República n.º 253/2024,

Diário República

Diário da República

n.º 241/2024, Série I

Diário da República

de 2024-12-17

n.º 244/2024, Série I

Descrição

dos factos »

Data de decisão

2024-12-02

2024-12-03

2024-12-03

2024-12-02

2024-12-03

2024-12-03

2024-12-02

2024-12-02

2024-12-02

2024-12-04

2024-12-02

2024-12-03

2024-12-23

Doutrina Administrativa e Informações Vinculativas

n.º 16033/2024, de 20 de dezembro

n.º 16034/2024, de 20 de dezembro

n.º 16035/2024, de 20 de dezembro

n.º 25046/2024, de 9 de dezembro

n.º 25045/2024, de 06/12

n.º 25047/2024, de 10/12

n.º 25049/2024, de 19/12

n.º 25051/2024, de 26/12

n.º 25052/2024, de 26/12

Assunto

e art.º 7.º-A do CIS)

para utilização expirou.

já existente

- regime de neutralidade fiscal

na fonte

qualidade de sujeitos passivos do IMI

indivisa. Causa de exclusão da isenção de IMT

Artigo

8

9

9

9

4

4

6

6

10

14

23

23

73

73

73

031-A

2

3

5

8

8

10

10

10

10

10

10

10

10

10

10

10

10

10

10

12

12

14

15

31

41

46

72

72

72

78

81

81

81

98

078-D

083-A

099-C

099-C

099-F

7

2

2

2

2

3

9

9

9

9

9

9

9

9

9

9

16

16

18

18

18

20

29

36

078-A

Verba 1.1.3

Verba 1.12

Verba 2.17

Verba 2.23

Verba 2.23

Verba 2.23

Verba 2.27

Verba 2.27

Verba 2.5

Verba 2.5

Verba 2.5

Verba 2.5

19

19

22

30

16

21

21

21

21

21

27

58

59

236

236

Novas funcionalidades do Portal das Finanças

Novas funcionalidades do Portal das Finanças

Novas funcionalidades do Portal das Finanças

Regulamento (UE) 2024/3118 da Comissão,

Regulamento de Execução (UE) 2024/2984

da Comissão, de 29 de novembro de 2024

de 10 de dezembro de 2024

Segurança Social

Segurança Social

Segurança Social

Criptoativos

DORA

VERBOCHAVE · Consultoria, Lda.

Diário República

de 2024-12-12

Suplemento, Série I de 2024-12-31

Descrição

Suplemento, Série I de 2024-12-31

Suplemento, Série I de 2024-12-31

Suplemento, Série II de 2024-12-31

Suplemento, Série I de 2024-12-27

A presente newsletter contém a síntese da atualidade legislativa publicada em dezembro de 2024, da jurisprudência do STJ, assuntos de interesse. Por fim, junta-se a agenda fiscal para fevereiro de 2025.

janeiro 2025

do TJUE e do CAAD, bem como a súmula da doutrina administrativa produzida pela AT neste período e, ainda, alguns outros

Descrição

de contratação pública.

de 22 de dezembro.

IRS / IRC / IVA - SAF-T Faturação

Comunicação, por transmissão eletrónica de dados, dos elementos das faturas emitidas no mês anterior pelas pessoas singulares ou coletivas que tenham sede, estabelecimento, estável ou domicílio fiscal em território português e que aqui pratiquem operações sujeitas a IVA.

retenções de imposto, das deduções efetuadas relativamente a contribuições obrigatórias para regimes de proteção social e subsistemas legais de saúde e a quotizações sindicais, relativas ao mês anterior.

Dia 15

INTRASTAT

Envio da Declaração Intrastat por parte dos sujeitos passivos cujos montantes anuais transacionados ultrapassem o limiar de assimilação definido pelo INE, anualmente, relativamente às operações do mês anterior.

IMI - Modelo 2 Envio da Declaração Modelo 2, por transmissão eletrónica de dados,

por parte das entidades fornecedoras de água, energia e do serviço fixo de telefones, dos contratos celebrados com os seus clientes, bem como as suas alterações, que se tenham verificado no trimestre anterior. IMT – Imóveis transmitidos

competentes do Ministério dos Negócios Estrangeiros, comprovativo de

transmissão de imóveis situados em Portugal, operada no estrangeiro e legalizados no trimestre anterior. IVA – Opção IVA Importações

Prazo para opção pela modalidade de pagamento do IVA das importações de bens através da declaração periódica mensal no Portal das

Envio por transmissão eletrónica de dados de relação pelos serviços

IRS / IMT / IS - Modelo 11

Finanças, para começar no mês seguinte.

Envio da Declaração Modelo 11, por transmissão eletrónica de dados, pelos Notários e outros funcionários ou entidades que desempenhem funções notariais, bem como as entidades ou profissionais com competência para autenticar documentos particulares que titulem atos ou contratos sujeitos a imposto sobre o rendimento ou património, das relações dos atos praticados no mês anterior.

Dia 20

Envio da declaração e pagamento do IRS e IRC retido no pagamento ou colocação à disposição dos rendimentos, referentes ao mês anterior.

IRS / IRC - Declaração de retenções na fonte de IRS / IRC

Pagamento das contribuições para a Segurança Social.

SS

Entrega da Declaração Mensal de Imposto do Selo e respetivo

pagamento. IVA - Declaração Periódica - Regime Mensal

IS - Declaração Mensal de Imposto do Selo

Envio da Declaração Periódica, por transmissão eletrónica de dados, acompanhada dos anexos que se mostrem devidos, pelos sujeitos

passivos do regime normal mensal, relativa às operações efetuadas

em setembro.

IVA - Declaração Recapitulativa - Regime Mensal Envio da Declaração Recapitulativa, por transmissão eletrónica de dados, pelos sujeitos passivos do regime normal mensal que no mês anterior tenham efetuado transmissões intracomunitárias de bens e/ou

prestações de serviços a sujeitos passivos registados noutros Estados

Membros, quando tais operações sejam aí localizadas nos termos do artigo 6.º do CIVA, e para os sujeitos passivos do regime normal trimestral quando o total das transmissões intracomunitárias de bens a incluir na declaração tenha no trimestre em curso (ou em qualquer mês do trimestre) excedido o montante de € 50.000. IVA- Declaração Recapitulativa - Regime Trimestral Envio da Declaração Recapitulativa, por transmissão eletrónica de dados, pelos sujeitos passivos do regime normal trimestral que no trimestre anterior tenham efetuado transmissões intracomunitárias de bens e/ou

Membro, no trimestre anterior, quando tais operações sejam aí localizadas nos termos do artigo 6.º do CIVA e o montante das transmissões intracomunitárias a incluir não tenha excedido € 50.000 no trimestre em curso ou em qualquer um dos 4 trimestres anteriores. IRS - Retenções na fonte Entrega, pelos devedores de rendimentos obrigados à retenção total ou parcial de imposto, aos sujeitos passivos, de documento comprovativo

das importâncias pagas no ano anterior, do imposto retido na fonte e

prestações de serviços a sujeitos passivos registados noutros Estados

das deduções a que eventualmente tenha havido lugar. IRS - Declaração anual - Valores mobiliários

Entrega de declaração, pelas entidades registadoras ou depositárias de valores mobiliários, aos investidores, onde constem os movimentos de registo efetuados no ano anterior.

subscrição, de atribuição ou outros de efeito equivalente.

vas ao mês anterior.

Dia 31

do ano anterior.

tares referidos no artigo 16.º e 21.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. IRS - Modelo 44 Envio da Declaração Modelo 44, por transmissão eletrónica de dados

tos da categoria F que estejam dispensados e não tenham optado pela

emissão de recibos de rendas eletrónicos e ainda as entidades a que se refere o n.º 7 do artigo 78.º-E do CIRS. IRS - Modelo 45 Envio da Declaração Modelo 45, por transmissão eletrónica de dados pelas entidades que prestem serviços de saúde previstos nos n.ºs 2 e

Envio da Declaração Modelo 46, por transmissão eletrónica de dados, pelas entidades que prestem serviços de educação e formação previstos nos n.ºs 5 e 6 do artigo 78.º-D do CIRS caso as entidades não estejam obrigadas à emissão de faturas ou estando dispensadas não as tenham emitido.

previstos nos n.ºs 3 e 4 do artigo 84.º do CIRS caso as entidades não estejam obrigadas à emissão de faturas ou estando dispensadas não as tenham emitido. IVA - Declaração de alterações - Regime Forfetário

IVA - Declaração de alterações - Art.º 53º IVA Entrega da Declaração de alterações, pelos sujeitos passivos que, estando no regime de isenção do artigo 53.º, tenham no ano anterior ultra-

IVA - Declaração de alterações - Pequenos Retalhistas

Entrega da Declaração de alterações pelos sujeitos passivos que, estando no regime dos pequenos retalhistas do artigo 60.º, tenham no ano anterior ultrapassado os volumes de compras nele estabelecidos.

pela periodicidade trimestral.

IRC / IVA - Comunicação Inventários Comunicação, por transmissão eletrónica de dados, do inventário rela-

SS - Declaração Trimestral

Envio da Declaração Trimestral pelos Trabalhadores Independentes referente aos rendimentos obtidos em outubro, novembro e dezembro do

Os sujeitos passivos do Imposto Único de Circulação (IUC) relativo aos

veículos cujo aniversário da matrícula ocorra durante este mês, devem proceder à sua liquidação e pagamento. **Notas**

Os valores monetários expressos nas guias ou declarações devem ser

indicados em euros. Não foram considerados os feriados municipais.

As informações constantes deste documento são passíveis de ser alteradas, nomeadamente nos prazos, por força de legislação que vier a ser produzida.

fevereiro 2025

Envio da Declaração Recapitulativa, por transmissão eletrónica de dados, pelos sujeitos passivos do regime normal mensal que no mês

Agenda Fiscal

IRS / IRC / IVA - SAF-T Faturação Comunicação, por transmissão eletrónica de dados, dos elementos das faturas emitidas no mês anterior pelas pessoas singulares ou co-

Dia 5

trabalho dependente para comunicação dos rendimentos e respetivas retenções de imposto, das deduções efetuadas relativamente a contribuições obrigatórias para regimes de proteção social e subsistemas legais de saúde e a quotizações sindicais, relativas ao mês anterior.

relevantes.

IRS - Contrato de arrendamento de longa duração Comunicação relativa aos contrato de arrendamento de longa duração

Prazo para opção pela modalidade de pagamento do IVA das importações de bens através da declaração periódica mensal no Portal das Finanças, para começar no mês seguinte.

funções notariais, bem como as entidades ou profissionais com competência para autenticar documentos particulares que titulem atos ou contratos sujeitos a imposto sobre o rendimento ou património, das

damento de que resulte a transferência da residência permanente para um território do interior.

Comunicação, por transmissão eletrónica de dados, da titularidade dos prédios que integram a comunhão de bens dos sujeitos passivos casados - bens comuns -, não refletidos na matriz, tendo em vista a atuali-

no 4.º trimestre do ano anterior. **IVA - DP IVA Regime Mensal** Envio da Declaração Periódica, por transmissão eletrónica de dados,

acompanhada dos anexos que se mostrem devidos, pelos sujeitos passivos do regime normal mensal, relativa às operações efetuadas

VERBOCHAVE · Consultoria, Lda.

em dezembro.

SS – Pagamento

Dia 20 IVA - DP IVA Regime Trimestral Envio da Declaração Periódica, por transmissão eletrónica de dados, acompanhada dos anexos que se mostrem devidos, pelos sujeitos passivos do regime normal trimestral, relativa às operações efetuadas

Dia 17

IRS - Composição do agregado familiar Consulta e atualização, por transmissão eletrónica, dos dados relati-

IVA - Opção IVA Importações

IRS - Residência permanente para um território do interior Registo das faturas ou outro documento que sejam relativos a arren-

IRS / IRC / SS - Declaração Mensal de Remunerações AT/SS Envio da Declaração Mensal de Remunerações AT/SS, por transmissão eletrónica de dados, pelas entidades devedoras de rendimentos do **Dia 15**

IRC / IRS - Modelo 10 Entrega da Declaração Modelo 10, relativa ao ano anterior, pelos su-

letivas que tenham sede, estabelecimento, estável ou domicílio fiscal em território português e que aqui pratiquem operações sujeitas a IVA. **Dia 10**

jeitos passivos que sejam devedores de rendimentos que não foram declarados na declaração mensal de remunerações.

INTRASTAT

vos à composição do agregado familiar e outros elementos pessoais

Envio da Declaração Intrastat por parte dos sujeitos passivos cujos mon-

IRS - Comunicação Agregado Familiar Comunicação dos membros do agregado familiar que frequentam es-

IRS / IMT / IS - Modelo 11 Envio da Declaração Modelo 11, por transmissão eletrónica de dados,

relações dos atos praticados no mês anterior.

AIMI - Declaração de atualização matricial

zação matricial com efeitos a 1 de janeiro.

tantes anuais transacionados ultrapassem o limiar de assimilação definido pelo INE, anualmente, relativamente às operações do mês anterior.

IRS - Frequência de estabelecimentos de ensino Comunicação de frequência de estabelecimentos de ensino de dependente com rendimentos

tabelecimentos de ensino situados em território do interior ou das regiões autónomas e o valor total das respetivas despesas suportadas

pelos Notários e outros funcionários ou entidades que desempenhem

Pagamento das contribuições para a Segurança Social

incluir na declaração tenha no trimestre em curso (ou em qualquer mês do trimestre) excedido o montante de € 50.000.

IS - Declaração Mensal de Imposto do Selo Entrega da Declaração Mensal de Imposto do Selo e respetivo pagamento. IRS / IRC - Declaração de retenções na fonte de IRS / IRC Envio da declaração e pagamento do IRS e IRC retido no pagamento ou colocação à disposição dos rendimentos, referentes ao mês anterior. IVA - Declaração Modelo P2 / Guia Modelo 1074 Entrega da Declaração Modelo P2 ou da guia Modelo 1074, pelos reta-

BANCO DE PORTUGAL - COPE COPE - Comunicação de Operações e Posições com o Exterior relati-

IRS - Despesas atividade Afetação de despesas e imóveis à atividade do sujeito passivo na categoria B.

serviços, de faturas no E-fatura. **Dia 28**

do à disposição dos respetivos titulares os rendimentos a que se refere

IUC

IRC / IRS - Modelo 42 Envio da Declaração Modelo 42, pelas entidades que paguem subsídios ou subvenções não reembolsáveis no âmbito do exercício de uma

âmbito do regime consagrado no Estatuto dos Benefícios Fiscais e do Estatuto do Mecenato Científico recebidos no ano anterior.

pelas instituições de crédito, cooperativas de habitação, empresas de seguros, empresas gestoras de fundos e outros regimes complemen-

pelas entidades que recebam valores relativos a encargos com lares

passado os limites nele estabelecido.

IVA - Declaração de alterações - Periodicidade IVA

tivo ao último dia do ano anterior.

ano anterior.

artigo 6.º do CIVA, e para os sujeitos passivos do regime normal trimestral quando o total das transmissões intracomunitárias de bens a

Ihistas sujeitos ao regime de tributação previsto no artigo 60.º do CIVA,

Dia 21

trimestral, relativa às operações efetuadas no 4.º trimestre.

Dia 25

vas ao mês anterior.

IRS - Confirmação E-fatura

IVA - Pagamento Regime Mensal

o artigo 71.º do CIRS ou quaisquer rendimentos sujeitos a retenção na

Envio da Declaração Modelo 16, por transmissão eletrónica de dados,

pelas Entidades gestoras dos Fundos de Poupança em Ações.

atividade abrangida pelo artigo 3.º do CIRS, ou a sujeitos passivos de

IRC / IRS - Modelo 25

ser produzida.

copyright © VERBO**CHAVE** 2024 · Se desejar cancelar a subscrição desta newsletter, por favor faça *reply* deste e-mail com assunto "cancelar".

IRC / IRS - Modelo 30 Envio da Declaração Modelo 30 dos rendimentos pagos ou colocados à disposição de sujeitos passivos não residentes no mês de dezembro do ano anterior. Envio da Declaração Modelo 25, por transmissão eletrónica de dados,

IRC - Declaração de alterações - Regime Simplificado

Pagamento do Imposto Único de Circulação de fevereiro de 2025.

IRS - Modelo 37 Envio da Declaração Modelo 37, por transmissão eletrónica de dados,

3 do artigo 78.º-C do CIRS, caso as entidades não estejam obrigadas à emissão de faturas ou estando dispensadas não as tenham emitido. IRS – Modelo 46

Envio da declaração mensal referente às obrigações declarativas decorrentes do regime de importação do Balcão Único. **IVA** Opção pelo Regime Forfetário dos produtores agrícolas.

Opção pela periodicidade mensal pelos sujeitos passivos abrangidos

IUC Liquidação e pagamento

IRC, referente aos rendimentos atribuídos no ano anterior.

Opção pelo Regime Simplificado de determinação da matéria coletável.

Pagamento do IVA a efetuar pelos sujeitos passivos do regime normal mensal, relativo às operações efetuadas em dezembro do ano anterior. Prazo para confirmação e comunicação, pelos adquirentes de bens e

Notas Os valores monetários expressos nas guias ou declarações devem ser indicados em euros. Não foram considerados os feriados municipais. As informações constantes deste documento são passíveis de ser al-